

Os números e o historiador não-quantitativo

Numbers and the Non-Quantitative Historian

Richard Graham*

Artigo recebido e aprovado em março de 2008

Resumo:

Valiosas percepções podem ser extraídas de dados quantitativos, mesmo por historiadores não-quantitativos. Isto é particularmente verdadeiro porque tais dados frequentemente sugerem padrões comuns de comportamento nem sempre vistos e muito menos compreendidos a seu tempo, bem como porque precisamente tais padrões gerais mostram a importância de desvios particulares. A informação quantitativa também pode levar os pesquisadores a formular questões que, de outra forma, não pensariam em levantar, especialmente quando ela é sujeita à análise comparativa. Neste artigo, ofereço exemplos extraídos das minhas próprias experiências ao estudar temas como a família escrava, o número de escravos nas embarcações que abasteciam Salvador com alimento e seu papel na guerra de Independência na Bahia, o consumo per capita de farinha de mandioca em Salvador na primeira metade do século XIX, a cultura política do clientelismo durante a segunda metade do mesmo século e o poder aquisitivo do mil-réis de 1780 a 1860.

Palavras-chave:

Escravidão; Família escrava; Farinha de mandioca; Independência; Cultura política; Clientelismo; Taxa de câmbio; Salvador; Bahia; Fazenda Santa Cruz.

Abstract:

Valuable insights can be derived from quantitative data, even by non-quantitative historians. This is particularly true because such data often suggest common patterns of behavior not

* Professor Emérito de História na Universidade do Texas em Austin, autor de vários livros sobre o Brasil como *seja*, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX* (Editora UFRJ), *Escravidão, reforma e imperialismo* (Perspectiva), e *A Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil, 1850-1914* (Brasiliense), além de outros sobre a América Latina.

even seen and much less understood at the time, and because such general patterns show the importance of particular deviations. Quantitative information can also lead researchers to ask questions they would not otherwise have thought to ask, especially when they are subjected to comparative analysis. In this article I provide examples drawn from my own experiences in studying such matters as the slave family, the number of slaves on vessels that supplied Salvador with food and their role in the Independence war in Bahia, the per-capita consumption of farinha de mandioca in Salvador in the first half of the 19th century, the political culture of patronage during the latter half of the same century and the purchasing power of the milrês from 1780 to 1860.

Keywords:

slavery; slave family; Salvador; Bahia; Fazenda Santa Cruz; farinha de mandioca; patronage; exchange rate.

Não me considero um historiador quantitativo, embora ache que dados e análises quantitativos sejam um componente importante da minha pesquisa e escrita. Conheço pouco de estatística, menos ainda sobre testes para sua validade, e certamente nada sobre regressões múltiplas. Sou mais geralmente interessado no particular e excepcional do que no típico, pois que a amplitude e variedade da experiência humana são deslumbrantes e penso que é precisamente este alcance que torna o estudo do passado mais excitante e esclarecedor. Mas não há dúvida que valiosas percepções podem ser extraídas de dados quantitativos, particularmente porque eles geralmente indicam padrões de comportamento nem sempre vistos e muito menos compreendidos a seu tempo. De fato, é precisamente o padrão geral que freqüentemente torna notável e importante o desvio particular. E a informação quantitativa pode levar os pesquisadores a formular questões que de outra forma não pensariam em fazer, especialmente quando ela é sujeita a análise comparativa.

Meu propósito aqui é dizer algo sobre o uso de dados quantitativos por um historiador estatisticamente não sofisticado, baseado em algumas das minhas próprias experiências. Porque os historiadores freqüentemente estudam períodos durante os quais faltam os dados seriais, nós podemos ser tentados a desistir da tentativa de quantificar. Isto seria um erro. Mas esta falta de séries apenas requer a diminuição de nossas expectativas e concentração no factível, o que às vezes significa fazer nada mais do que contar. E, como é verdadeiro para toda técnica de pesquisa, a tarefa deve ser focada no alargamento da nossa compreensão do passado humano, a exploração do desconhecido, ou

a identificação de causas e efeitos, e nunca, jamais, levada a efeito só pelo amor de fazer história quantitativa.

Nos princípios dos anos 1970, eu estava correndo os olhos sobre vários tipos de material no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro para me familiarizar com os contornos do seu acervo sobre o fim do século XVIII e início do XIX. Ali me deparei com os arquivos da Fazenda Santa Cruz, a qual, embora tendo sido uma propriedade dos jesuítas, passou para as mãos régias quando a Sociedade de Jesus foi expulsa dos territórios portugueses em 1759. No meio daqueles papéis estavam inventários setecentistas de escravos daquela propriedade rural.

Em virtude do meu interesse anterior pela escravidão e de algum conhecimento da sua natureza noutros lugares, fui surpreendido pelo fato de que, em um daqueles inventários, os escravos eram listados por grupos familiares¹. O eminente historiador Stanley Stein, em sua obra magistral sobre Vassouras, tinha descrito como os escravos no Brasil eram segregados por gênero e abrigados em quartéis. A raridade do casamento, argumentava, explicava parcialmente a baixa taxa de crescimento da população escrava. Mesmo escravos casados viviam separados, encontrando-se apenas brevemente. Ele aceitou o testemunho de Louis Couty, viajante do século XIX, que dizia que “a maioria das crianças escravas têm só um dos pais, a mãe”². Emília Viotti da Costa tinha notado que “os senhores... não estimulavam os casamentos entre escravos, preferindo as ligações passageiras.” Referindo-se às “uniões dos escravos,” comentou que “raramente eram confirmados por atores religiosos,” concluindo que os escravos viviam numa “promiscuidade sexual.”³ Em 1965, um sociólogo norte-americano, Daniel P. Moynihan, publicou um ensaio extremamente influente sobre a estrutura das famílias negras nos Estados Unidos, sustentando que elas tinham sido totalmente destruídas pela escravidão e que os negros tinham, por conseguinte, perdido mesmo o conceito de família. Se, em meados do século vinte, a maioria das crianças negras cresciam sem a presença de um pai, este fato podia ser atribuído à herança da escravidão.⁴ As autoridades e a imprensa acei-

1 Inventário dos escravos pertencentes a Real Fazenda de Santa Cruz [sic] que o Sarg^o M^{re} Manoel Joaq^m da S^a entregou e ficou em carga a Joaquim Henriques Guerra, Cabo da Esquadra do Regm^{to} de Artilharia, em 12 de junho de 1791, Arquivo Nacional, Cód. 808, Vol. 4, fols. 165-84.

2 Stanley J. Stein, *Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1850-1900* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1958), pp. 43-44 e esp. 155.

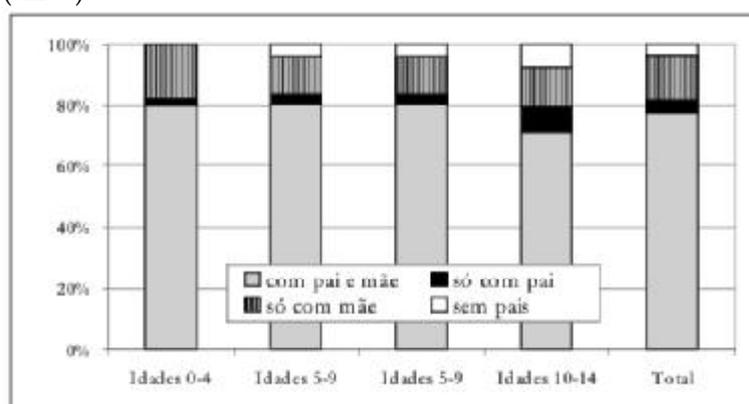
3 COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*, Corpo e Almado Brasil no. 19. São Paulo: DIFEL, 1966, pp. 268-269.

4 MOYNIHAN, Daniel P. *The Negro Family: The Case for National Action*. Washington, DC: U.S. Dept. of Labor, Office of Policy Planning and Research, 1965.

taram suas conclusões sem levantar dúvidas, mas alguns acadêmicos norte-americanos questionaram vigorosamente suas asserções. O assunto era controverso: Moynihan recorreu a uma obra escrita nos anos 1930 por E. Franklin Frazier, um professor negro que lecionava sociologia na Universidade de Chicago, e eu tinha visto uma crítica severa da obra de Frazier pelo historiador americano Herbert G. Gutman.⁵ Gutman mais tarde publicou uma obra bem fundamentada mostrando como as famílias escravas podiam ser fortes, mesmo sobrevivendo aos rigores de longas separações.⁶

Esta leitura prévia habilitou-me a ver as possibilidades dos dados à minha frente. Registre os números manualmente e usei um calculador para somar colunas e calcular porcentagens – não havia PCs naqueles dias. Alguns dos resultados são apresentados nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1: Filhos com e sem pais, por idade, fazenda Santa Cruz, 1791 (em %).

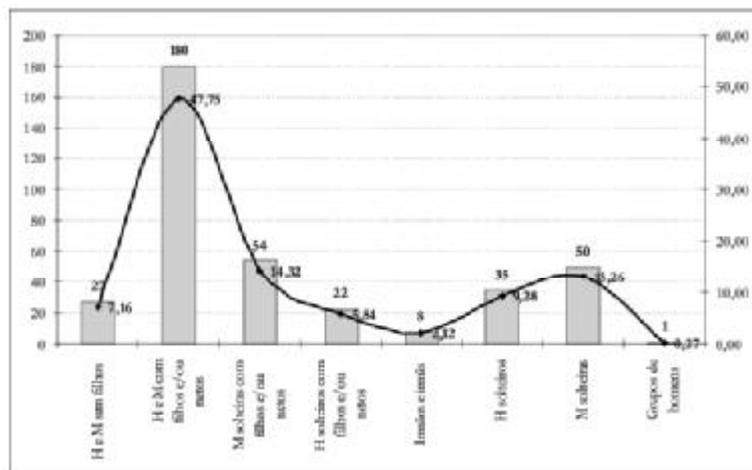


As famílias nucleares constituíam a maioria do conjunto de 377 e menos de um quarto dos escravos vivia em unidades não familiares. Mais de três quartos de todas as crianças até os 14 anos tinham mãe e pai presentes e viviam com seus pais durante todo o tempo. Este é um exemplo de como um pesquisador pode serendipicamente descobrir dados quantitativos e então, baseado em seu conhecimento geral pré-existente, decidir como eles podem ser usados para avançar nosso conhecimento do passado.

5 FRAZIER, E. Franklin. *The Negro Slave Family*. *Journal of Negro History* 15 (1930): 198–259; GUTMAN, Herbert G. Le phénomène invisible: La composition de la famille et du foyer noir après la Guerre de Sécession, *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations* 27 (1972): 1197–1218.

6 GUTMAN, Herbert G. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750–1925*. New York: Pantheon, 1976.

Gráfico 2: Famílias na Fazenda de Santa Cruz em 1791 por tipo (em números absolutos e %).



Abreviaturas: H: homens; M: mulheres

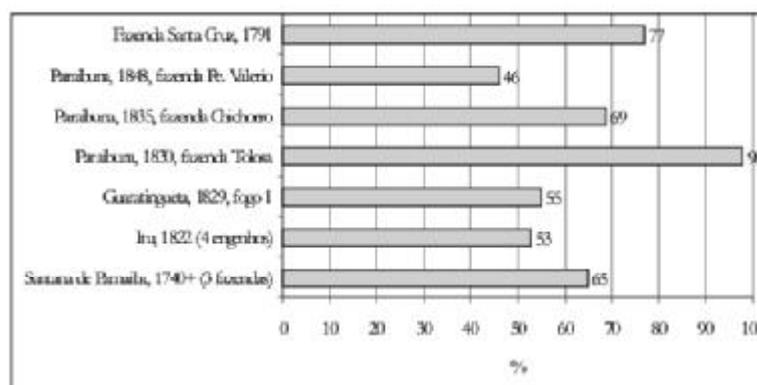
Na época em que fiz essa pesquisa pensava que este resultado fosse certamente excepcional. No artigo resultante, tentei antecipar as críticas deste tipo, reconhecendo que o regime escravo na Fazenda Santa Cruz, em razão de seu passado jesuítico e por ser uma propriedade pública, provavelmente diferia nitidamente das propriedades normais.⁷ A pesquisa subsequente por outros mostrou, contudo, que estes resultados não eram de modo algum incomuns, como pode ser visto no gráfico 3.⁸ Fazer comparações é uma tarefa importante para aqueles que trabalham com materiais quantitativos, o que é, aliás, verdadeiro para todos os historiadores.⁹

7 GRAHRAM, Richard. Slave Families on a Rural Estate in Colonial Brazil. *Journal of Social History* 9, no. 3 (1976): 382–402, traduzido em GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. Coleção Debates no. 146 São Paulo: Perspectiva, 1979, pp. 41-57.

8 Sobre Santana de Parnaíba veja os dados em METCALF, Alida C. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580–1822*. Berkeley: University of California Press, 1992, p. 170; sobre Guaratinguetá, Itú, e Paraíba veja os dados em GRAHAM, Sandra. *Caetanadiznãõ: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 51-58, e as fontes aí citadas que ela gentilmente me mostrou.

9 Desde a publicação da minha obra sobre a Fazenda Santa Cruz, têm aparecido muitos estudos reiterando a frequência do casamento escravo e a conseqüente estabilidade das famílias escravos, muito especialmente SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava—Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 69-130. Veja também SLENES, Robert W. *Lares negros, olhares brancos: Histórias da família escrava no século XIX*. *Revista Brasileira de História* 8, no. 16 Número Especial (1988): 189–203; PAIVA, Eduardo

Gráfico 3: Porcentagem dos escravos adultos casados em vários lugares



A importância das comparações também emergiu das minhas mais recentes obras no campo da história social dos envolvidos com o comércio de alimentos em Salvador nos fins do século XVIII até aproximadamente 1860. Era importante conhecer mais sobre a tripulação das inúmeras embarcações que traziam alimento do Recôncavo e da costa meridional da Bahia para a cidade. Por sorte, encontrei um relatório preparado pela Capitania dos Portos que especificava seu número e condição jurídica (escravo ou livre).¹⁰ Isto tornou possível preparar o gráfico 4, mostrando que negros e pardos constituíam três quartos das tripulações, e escravos um terço daqueles.

Fiquei surpreso ao ver a quantidade de escravos que eram marinheiros (25.2%), mas quando comparei estes números com estimativas da composição da população da cidade em 1835 preparadas por João José Reis, pude ver que a proporção de escravos nas embarcações era consideravelmente menor do que sua participação na população da cidade como um todo (gráfico 5).¹¹

França. *Escravidão e universocultural na colônia: Minas Gerais, 1716–1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, pp. 155, 159-161; e REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias da vida familiar afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001, pp. 31-32, 36-38, 104-105, 115-116, 122-123.

- 10 Capitania dos Portos da Bahia, Mapa demonstrativo das embarcações nacionais da navegação de longo curso e cabotagem bem como do tráfico dos portos . . . e dos indivíduos que n'ellas trabalham ou se empregão, 31 dez. 1856, In: Diogo Ignacio Tavares (chefe da capitania do porto) ao Ministro da Marinha, Salvador, 20 fev. 1857, AN, SPE, XM-183.
- 11 REIS, João José. *Rebelião escravo no Brasil: A história do levante dos malês em 1835*, 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 24.

Gráfico 4: Cor e condição das tripulações na baía de Salvador, 1856.

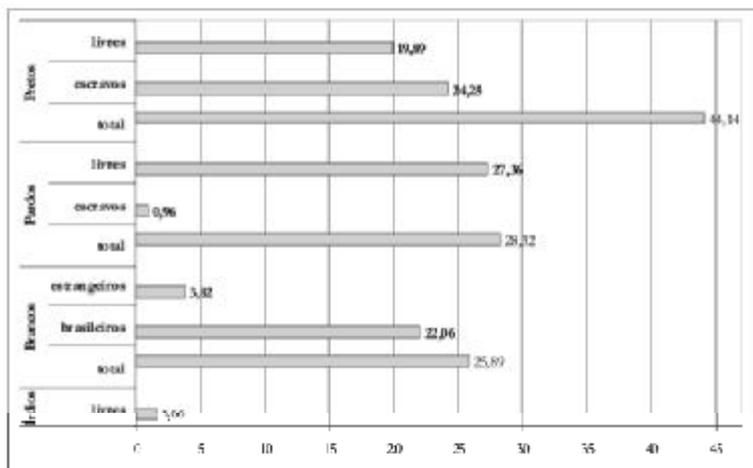
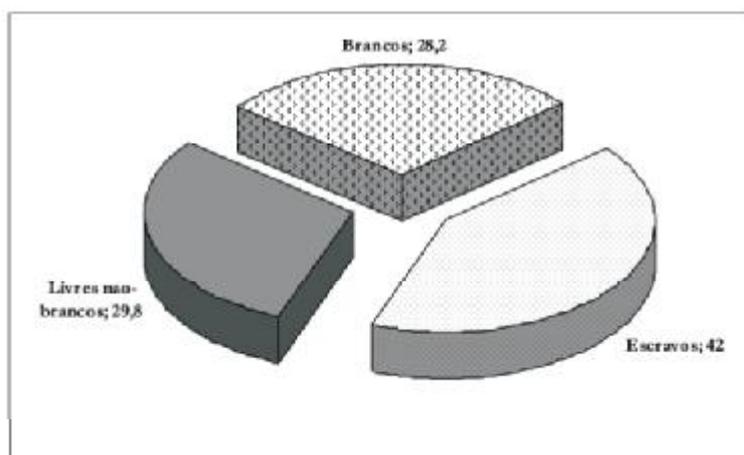


Gráfico 5: Cor e condição da população de Salvador em 1835, em %



Escravos urbanos, como sabemos, eram controlados por meios muito diferentes em relação àqueles das *plantations*, pois tinham habilidades especiais e maior mobilidade que exigiam sua cooperação no trabalho. Assim também com os escravos-marinheiros, alguns dos quais capitaneavam as embarcações que eles pilotavam. Uma vez mais, a comparação tornou-se uma parte importante da avaliação desta prova numérica.

O pesquisador às vezes tem de converter a informação não-numérica em dados quantificáveis. Nos anos 1980 eu buscava descobrir as bases políticas daqueles políticos que trabalharam a favor ou contra

Os números e o
historiados não-
quantitativo

as leis que afetavam a posição dos escravos, tais como a Lei do Ventre Livre, a Lei Saraiva-Cotegipe (Sexagenários), e a Lei Áurea. No começo eu me empolguei por ver que os arquivos pessoais de algumas figuras políticas importantes no Brasil estavam disponíveis, e ambicionava usá-las para aquele fim. Fiquei então decepcionado, ao descobrir que a maioria destas cartas pessoais e não-oficiais eram simplesmente pedidos, isto é, cartas que pediam favores ou indicações para posições no governo. Finalmente, contudo, percebi que esta prática de buscar e conceder constituía a mola-mestra da vida política e que este comportamento merecia atenção por si mesmo. Fiz, então, uma análise quantitativa de 676 pedidos (577 antes de 1889) dirigidos ao Marquês de Olinda, ao Barão de Loreto, ao Marquês de Paranaguá, e a Afonso Pena.¹² Após ter examinado uma amostra bastante ampla destas cartas, preparei um modelo de questionário que uma assistente poderia preencher à medida que ela examinasse cada carta.¹³

As técnicas usadas para manipular dados quantitativos tinham melhorado muito, mas eram ainda muito mais difíceis do que seriam hoje. Construí manualmente uma codificação na qual as colunas correspondiam a variáveis e os números em cada coluna indicavam o específico. Por exemplo, duas colunas tratavam do principal fundamento oferecido pelo remetente para recomendar um candidato para a posição, o que me fornecia 99 números disponíveis para as entradas tais como “idoneidade” ou “lealdade política”. Por esta época podia me voltar para o uso do computador central, embora ainda dependente de softwares extremamente incômodos com um programa de edição terrível. Ao usar estes instrumentos introduzi penosamente os dados no computador.

Os resultados justificaram o esforço. Mesmo a presença de tantos pedidos indica um aspecto do comportamento político que não se percebe na correspondência oficial. E, segundo o padrão mais comum, o autor da carta não escrevia em seu próprio favor, mas sim a favor de um terceiro que buscava alguma vantagem ou emprego. Só 12% dos missivistas escreveram para assegurar alguma coisa para si mesmos. Aliás, em 10% dos casos, as cartas revelam ainda mais uma camada das relações clientelísticas, pois seus autores não pediam por alguém que os houvesse procurado diretamente, mas para um amigo

12 Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Latas 171-174, 207-209, 213-214; Arquivo Nacional, Seção de Arquivos Particulares, Afonso Pena; Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, I-DPP.

13 Agradeço a assistência neste trabalho, aliás bem penoso, de Fernanda Maria Montel de Batissaco.

de um parente, um parente de um amigo, ou um amigo de um amigo. O padrão predominante é demonstrado na figura 1.

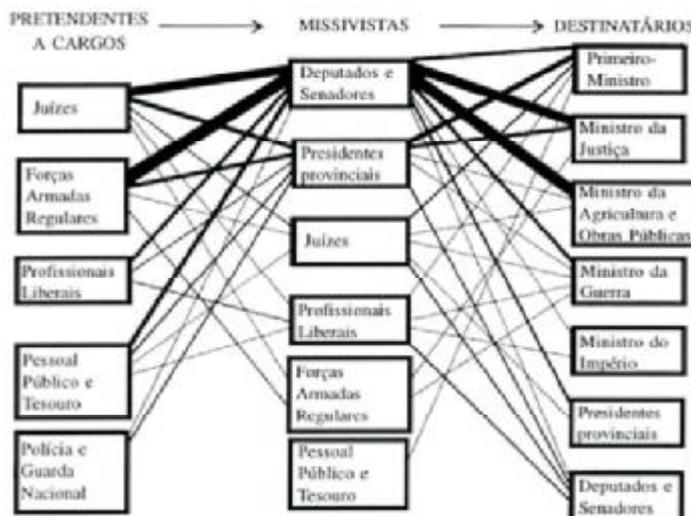


Figura 1: Correspondência trocada entre pretendentes a cargos e autoridades do Império.

Colhimos outros frutos desta análise. Por exemplo, fui capaz de identificar as posições mais procuradas e os argumentos principais apresentados pelos remetentes a respeito dos interessados (gráficos 6 e 7).

Gráfico 6: Cargos requisitados (em %).

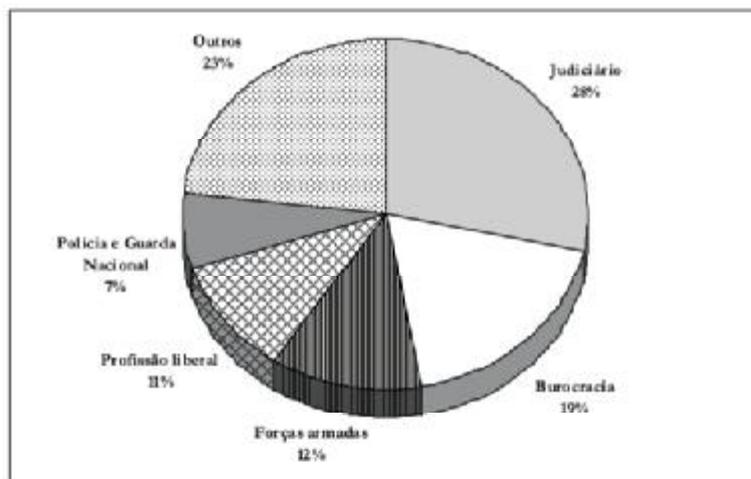
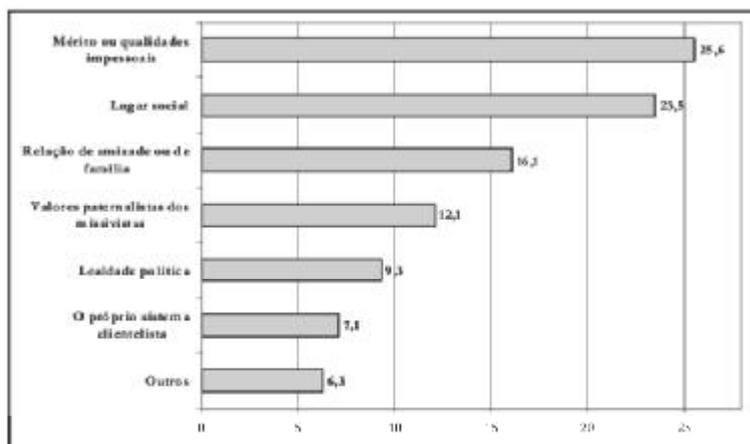


Gráfico 7: Justificativas apresentadas a favor dos candidatos a cargos ou favores



Os números mostraram com clareza que não era para assegurar a votação de uma lei ou encorajar alguma mudança na política que as pessoas escreviam tantas cartas, certamente não para insistir ou opor medidas concernentes à escravidão, a despeito do fato que os historiadores já a muito tempo consideraram a abolição como um ponto de inflexão crucial no passado do Brasil. A maioria dos pedidos estava relacionada ao desejo do aspirante ao cargo ou do seu patrono por adquirir, exercer ou demonstrar autoridade sobre outros. A maioria das justificações apresentadas em favor de alguém não eram aquelas publicamente aceitas num sistema burocrático, mas eram aquelas que eram efetivas nas vidas particulares dos correspondentes. Tal análise quantitativa permitiu-me adquirir conhecimento quanto aos valores subjacentes da sociedade. Dir-se-ia que descobri a chave da cultura política do Brasil.¹⁴

Os dados quantitativos podem às vezes ser usados para desafiar o saber convencional. As narrativas do esforço pela independência brasileira geralmente se concentram nos papéis desempenhados por generais e viscondes de ambos os lados. Mas quando as forças brasileiras sitiaram a cidade de Salvador e muitos barcos brasileiros continuaram a trazer suprimentos, descumprindo as regras tornando possível para os portugueses sobreviverem por meses, era na maioria das vezes escravos que tripulavam estes barcos. Se o partido pró-brasileiro apre-

14 GRAHAM, Richard. *Clientelismo político no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, pp. 271-338.

endesse alguma destas embarcações, eles as confiscavam juntamente com a tripulação escrava. A quem estes escravos pertenciam então? Foi um fato muito discutido à época mesmo entre os escravos, que o general Labatut, o líder do exército brasileiro, confiscava escravos de proprietários rurais que apoiavam o lado português e os alistavam em seu exército com a promessa implícita de liberdade eventual – “em outra coisa não falavam”.¹⁵ Certamente o mesmo era verdade no caso de um “português inimigo” cujo barco foi tomado juntamente com os “três pretos escravos e marinheiros” in 1823.¹⁶ Imagino que os escravos nos barcos tivessem sentido um aumento no seu poder, pois estavam em posição de denunciar os proprietários e capitães que comerciassem com o inimigo.¹⁷ De outro lado, pode-se sorrir um pouco com o alarme com o qual os brasileiros reportavam que o general português Madeiratinha “tripuladobarcoscomescravos.”¹⁸ Claro que ele tinha, pois que mais ele podia fazer? Os escravos constituíam uma ampla proporção de cada tripulação em cada barco na região. Em todo o caso, parece claro que os escravos desempenharam um papel muito maior na luta pela independência do que o registrado nas crônicas tradicionais.

Apreendi também quão importante é colocar os dados quantitativos em contexto. Por exemplo, ao estudar o comércio de alimentos de Salvador, busquei saber o total de farinha de mandioca negociado pelo celeiro público da cidade. O gráfico 8 demonstra o volume crescente deste gênero de primeira necessidade da dieta baiana no período de 1785-1848.¹⁹

15 Veja KRAAY, Hendrik. *Em outra coisa não falavamos pardos, cabras, e crioulos: O recrutamento de escravos na guerra da Independência na Bahia*. *Revista Brasileira de História* 22, n.º 43 (2002): 109–26, esp. p. 110, e REIS, João José. e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 92-98.

16 Manoel Diogo de Sá Barreto e Aragão ao Conselho Interino, São Francisco do Conde, 13 June 1823, BN/SM, II-33, 36, 19.

17 GRAHAM, Richard. ‘Aomesmotempositiantesesituados’: Aluta pelasubsistênciam Salvador (1822–1823). In: JANCÓS, István (org). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005, 411–45.

18 Comissão da Caixa Militar ao [Conselho Interino], Nazaré, 6 jan. 1823, BN/SM, II-31, 35, 1, Doc. 5. Assim também pensava o Conselho Interino, Conselho Interino a Francisco Gomes Brandão Montezuma e Simão Gomes Ferreira Velloso, Cachoeira, 16 Dec. 1822, in Alexandre José Mello Moraes (pai), *Historia do Brasil-Reino e do Brasil-Imperio*, 2 vols. (Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro, 1871–73), 2: 42.

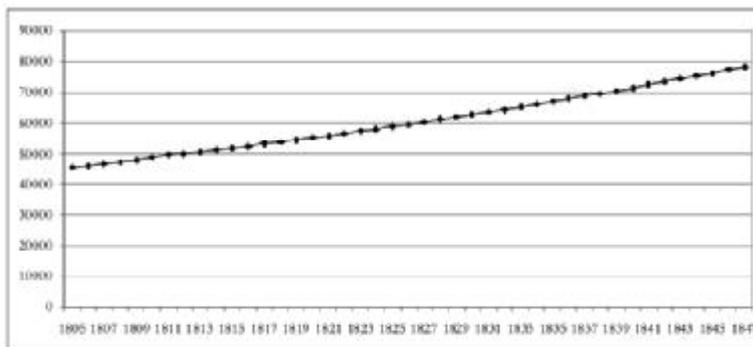
19 Baseado no Mappa demonstrativo do número de alqueires dos diferentes gêneros que pagaram a contribuição, e o rendimento, a despeza, e o líquido, e teve princípio em 9 de setembro de 1785 até 31 de maio de 1849, Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, M.1611 (Celeiro Público).

Gráfico 8: Farinha descarregada no celeiro público de Salvador, em arrobas.



Porém, o número de consumidores deve também ter aumentado. Dispomos de dados censitários limitados nos quais nos apoiar, mas Kátia de Queiroz Mattoso calculou a população da cidade para cada ano de 1805 a 1847 (gráfico 9).²⁰

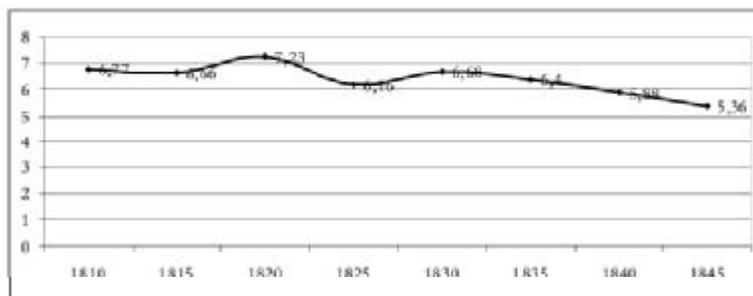
Gráfico 9: População da cidade de Salvador, 1805-1847.



Para compreender adequadamente o significado deste gráfico, precisei considerar quantos alqueires de farinha estavam disponíveis por pessoa por ano, mesmo que um bebê, por exemplo, obviamente não consumisse tanto quanto um adulto do sexo masculino. Apresento o resultado deste cálculo no gráfico 10.

²⁰ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. Coleção Estudos Brasileiros, n.º 12. São Paulo e Salvador: HUCITEC e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 138.

Gráfico 10: Média quinquenal por pessoa dos alqueires de farinha descarregados no Celeiro Publico de Salvador, 1805-1847.



O consumo por pessoa permaneceu virtualmente estável até 1820, sofreu um declínio quando a cidade estava sitiada durante a Guerra da Independência, recuperou-se no final dos anos 1820, mas declinou decididamente nas décadas de 1830 e 1840, anos de instabilidade política e de seca.

Um exemplo final dos usos dos dados quantitativos também provém da minha pesquisa sobre a história social de Salvador para a qual precisei achar um jeito para estimar o poder de compra da moeda através de várias décadas. Os historiadores sociais muitas vezes dependem nos inventários *post-mortem*, uma fonte inestimável. Elas nos contam muita coisa sobre relações familiares, cultura material, práticas de herança, padrões de negócio, assim como a compreensão da religião, da morte e do bom comportamento. Mas para pôr estes inventários em perspectiva deve-se conhecer a fortuna relativa dos falecidos. Embora todos os inventários tenham o inconveniente de só se referir àqueles com alguma propriedade, muitos deles correspondem a propriedades muito modestas, enquanto outros se referem aos extremamente bem afortunados. Assim, antes de tirar conclusões sobre algumas das informações que um inventário revela, é importante levar em conta o valor total da fortuna. Se, contudo, o poder de compra da moeda variou consideravelmente através dos anos, uma fortuna de muitos contos pode ser um sinal de riqueza extraordinária a um tempo e ser relativamente comum entre pessoas de tipo mediano algumas décadas mais tarde. Como estabeleceríamos o valor da moeda na época em que o inventário foi produzido?

Uma técnica comum é simplesmente converter a moeda em qualquer ano à de uma economia mais estável, por exemplo, a libra esterlina ou o dólar americano. Muitos problemas decorrem deste método, contudo: primeiramente, o poder de compra da moeda estran-

geira pode sofrer alguma mudança mesmo no país que a cunhou.²¹ Em segundo lugar, num país como o Brasil, com marcadas variações econômicas regionais, a taxa de câmbio em um porto não era sempre equivalente à de outro.²² Em terceiro lugar, os dados sobre taxa de câmbio referem-se principalmente ao período posterior a 1808, ao passo que muitos historiadores, eu incluído, estudam períodos anteriores também (um artigo recente no *Boletim de História Demográfica* por Nelson Nozoe e outros listam muitos estudos sobre a taxa de câmbio, mas nenhum cobrindo o período colonial).²³ Mas ainda mais importante, pode-se legitimamente questionar se a taxa de câmbio é o melhor guia para o poder de compra local, dado que muitos das pessoas no extremo mais baixo da escala sócio-econômica, nunca ou raramente compravam bens importados nem dependiam diretamente de exportações para ganhar suas subsistências. Para estes, o alimento era mais importante, e como regra geral o preço dos bens produzidos localmente tende ao longo do tempo a mover-se paralelamente ao preço do alimento.

Como proceder? Não busquei levar em conta somente a taxa de câmbio em Salvador para avaliar a riqueza total dos falecidos pelas razões antes mencionadas. Mas o que fazer sobre o alimento? Eulália Lahmeyer Lobo, em seu clássico estudo da economia do Rio de Janeiro de meados do século XIX até 1945, desenvolve um quadro no qual o custo dos gêneros alimentícios de 1820 a 1930 é indexado aos valores de 1820. Ela pondera vários alimentos por sua importância na dieta de três classes – trabalhadores não especializados, trabalhadores especializados e assalariados, e os ricos (embora não esteja claro como ela determine o peso adequado para cada item, exceto para a classe dos trabalhadores especializados e assalariados, pois ela se baseia num estudo de 1949 levado a efeito pela Fundação Getúlio Vargas acerca dos trabalhadores na metade do século XX). Ela calcula que a farinha de mandioca representava 38% dos gastos com alimento de um trabalhador não especializado, os feijões, 21% e a carne-seca 17% (não são apresentadas cifras para carne fresca). A Autora crê que estes três itens

21 Veja, e.g., DERKS, Scott. *The Value of a Dollar: Prices and Incomes in the United States, 1860–1999*, 2d ed. Lakeville, CT: Grey House Publishing, 1999.

22 Por esta razão escolhi levar em conta os dados para Salvador em MATTOSO. *Bahia: A cidade de Salvador*, p. 243n.

23 NOZOE, Nelson, et al., Brasil: Breves comentários sobre algumas séries referentes à taxa de câmbio. *Boletim de História Demográfica* (www.brnuede.com). Ano XI, no. 32 (maio de 2004). Para uma introdução aos vários modos de estudar o poder de compra através do tempo veja LEFF, Nathaniel H. *Underdevelopment and Development in Brazil*, Vol. I: *Economic Structure and Change, 1822–1947* London: Allen & Unwin, 1982, pp. 97–130.

eram os mais importantes e que chegavam a três quartos dos gastos de qualquer um nesta classe.²⁴ Em Salvador, contudo, onde praticamente todas as vendas legais de farinha, arroz, milho e feijões eram carregadas para o Celeiro Público criado em 1785, dispomos de estatísticas detalhadas sobre o volume destes quatro itens de 1785 a 1849; e a farinha demandou a resposta por 87.44% do total, enquanto os feijões representavam apenas 1.35%.²⁵ Assim, entre estes quatro itens, o preço da farinha parecia o mais importante para os meus propósitos. E, considerando que minha intenção era avaliar a riqueza dos que morriam com alguma propriedade, decidi que não consideraria a carne-seca mas só carne fresca, preferida por aqueles que podiam pagar por ela. Felizmente para mim, Kátia de Queirós Mattoso fizera o trabalho de sapador em calcular o preço da farinha e da carne em Salvador de 1789 a 1908, e estes dados têm a vantagem adicional de incluir os últimos anos do século XVIII. Por sua vez, ela não foi capaz de fornecer preços para os gêneros alimentícios por dez anos, de 1833 a 1842.²⁶

Praticamente todo inventário em Salvador de 1780 a 1860 incluía escravos, mesmo aqueles de pessoas que dispunham de poucos bens. É bem conhecido o fato de que o preço dos escravos aumentou dramaticamente durante o período que eu estava estudando, apesar de haver períodos nos quais eles declinaram.²⁷ Por essa razão, dispus-me a levar em conta seu preço no cálculo do valor real do conjunto de bens do inventariado. Para construir a série com os dados para a maior parte do período que me interessava, voltei-me para a obra de Maria José de Souza Andrade, baseada no exame de 1.269 inventários e que tem dados quase contínuos de escravos africanos moços sadios com ofício, de 1811 a 1860.²⁸

Escolhi então o ano de 1824 como o ano base para estabelecer um índice, por muitas razões. Ele se situa a meio caminho do período

24 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro), 2 vols. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, pp. 504, 748-751, 958-960.

25 Mappa demonstrativo do numero d'alqueires dos diferentes generos que pagarão a contribuição . . . e teve principio em 9 de setembro de 1785 até 31 de maio de 1849, Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, Maço 1611.

26 MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Amouveaumont de: Uneprovince d'un nouvelempire: Bahia au XIXesiècle*. 1986. Tese de doutorado. Université de Paris-Sorbonne, pp. 447-458.

27 MATTOSO, Kátia M. de Queirós. KLEIN, Herbert S. ENGERMAN, Stanley L. Trends and Patterns in the Prices of Manumitted Slaves: Bahia, 1819-1888. *Slavery and Abolition* 7, no. 1. maio de 1986. p. 59-67.

28 MANDRADE, Maria José de Souza. A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860. Baianada, 8. São Paulo e Brasília: Corrupio e CNPq, 1988, pp. 207-208.

em estudo. Nesse momento, além disto, a guerra pela independência brasileira tinha terminado mas a instabilidade política que se seguiu não tinha ainda começado; assim os valores continuavam a refletir a compreensão colonial das realidades econômicas. A economia de exportação da região ainda prosperava. E por esse tempo podia incluir dados para todos os quatro itens da minha investigação. Destarte, preparei um índice geral, baseado nos preços de 1824 da farinha, carne, escravos, e a libra esterlina (ou melhor, o pence).

A decisão mais difícil, porém, foi se devia dar mais peso a alguns destes itens do que a outros. Ao ler a obra do economista Nathaniel Leff, surpreendi-me com a facilidade com a qual este sofisticado economista e cuidadoso acadêmico, em seu estudo sobre o Brasil, conferiu peso igual a gêneros alimentícios e a moeda estrangeira, apesar de dividir os primeiros em dois mercados, Rio de Janeiro e Salvador.²⁹ Concluí que, dado que meu propósito era avaliar a riqueza relativa dos que legavam bens em Salvador, o melhor curso a tomar era da mesma forma dar peso igual aos quatro fatores escolhidos (farinha, carne, escravos, e moeda estrangeira). Os resultados da minha investigação estão na tabela 1. Na última coluna apresento um multiplicador que converterá qualquer quantidade de moeda para o equivalente em poder de compra em 1824 para Salvador. Estes números tornaram possível que eu avaliasse melhor a riqueza relativa daqueles cujos inventários encontrei no arquivo. Isto se mostrou um instrumento valioso.

29 LEFF. Underdevelopment and Development in Brazil, Vol. I, p. 124.

Tabela 1: Construindo um índice de preços para Salvador, 1790-1806

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
- 1789	122	107	107	107	107	107	107	107	107	107	107	107	107	107	107
- 1790	106	106	106	107	107	107	107	107	107	107	107	107	107	107	107
- 1791	106	112	112	112	112	112	112	112	112	112	112	112	112	112	112
- 1792	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113
- 1793	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113
- 1794	116	117	117	117	117	117	117	117	117	117	117	117	117	117	117
- 1795	117	117	117	117	117	117	117	117	117	117	117	117	117	117	117
- 1796	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120
- 1797	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120
- 1798	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127
- 1799	131	131	131	131	131	131	131	131	131	131	131	131	131	131	131
- 1800	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132
- 1801	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137
- 1802	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138
- 1803	142	142	142	142	142	142	142	142	142	142	142	142	142	142	142
- 1804	146	146	146	146	146	146	146	146	146	146	146	146	146	146	146
- 1805	153	153	153	153	153	153	153	153	153	153	153	153	153	153	153
- 1806	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152

Continuação Tabela 1

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
- 1627	28,6	36,2	90,1	-	119,2	7,1	32,2	28	28	190,1	-270,217	-	260,229	152,1	110,1
- 1628	29,8	36,2	90,1	-	128,9	8,1	31,6	32	33	164,1	-230,214	-	284,222	145,1	121,1
- 1629	36,5	33,2	95,1	144,6	123,5	8,1	25,6	41	37	181,1	-370,000	-	316,225	160,1	130,1
- 1630	21,5	32,2	90,1	146,1	15,5	10,1	21,6	44	37	181,1	-390,000	-	372,228	164,1	131,1
- 1631	21,1	-	-	164,7	-	-	25	40	36	172,1	-290,000	-	333,221	172,1	141,1
- 1632	21,7	-	-	168,7	-	-	36,1	28	33	162,1	-295,626	-	328,226	171,1	139,1
- 1633	-	-	-	-	-	-	37,2	26	25	142,1	-330,000	-	325,221	171,1	138,1
- 1634	-	-	-	-	-	-	38,2	26	26	157,1	-370,000	-	330,226	171,1	132,1
- 1635	-	-	-	-	-	-	30,2	26	28	190,1	-318,637	-	316,229	182,1	160,1
- 1636	-	-	-	-	-	-	36,1	26	28	142,1	-375,630	-	376,437	192,1	171,1
- 1637	-	-	-	-	-	-	28,5	34	36	157,1	-390,000	-	430,636	211,1	181,1
- 1638	-	-	-	-	-	-	26,6	33	32	162,1	-471,000	-	427,928	214,1	191,1
- 1639	-	-	-	-	-	-	31,6	31	33	164,1	-452,628	-	446,846	214,1	192,1
- 1640	-	-	-	-	-	-	31	31	34	162,1	-490,000	-	469,026	214,1	202,1
- 1641	-	-	-	-	-	-	30,2	32	33	177,1	-420,416	-	478,327	257,1	211,1
- 1642	-	-	-	-	-	-	26,2	37	37	182,1	-151,200	-	156,220	253,1	210,1
- 1643	1,6	-	-	175,6	-	-	25,2	39	38	190,1	-536,339	-	156,416	253,1	222,1
- 1644	18,2	-	-	175,6	-	-	23,1	19	36	154,1	-493,250	-	496,235	261,1	238,1
- 1645	36,6	38,7	91,1	212,7	200,4	15,1	26,4	35	36	152,1	-448,330	-	570,126	269,1	162,1
- 1646	54,1	41,2	102,1	228,1	271,1	13,1	26,5	37	36	154,1	-525,671	-	570,424	269,1	164,1

Continuação Tabela 1

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
- 1847	56,7	46,2	115,1	228,1	229,78	138,1	28,1	36,1	38,1	188,1	540,288	505,133	285,1	172,1	0,59
- 1848	42,1	45,1	11,1	22,8	22,76	139,1	28,1	40,1	37,1	182,1	539,497	537,294	290,1	173,1	0,52
- 1849	43,1	43,1	102,1	222,1	222,25	140,1	28,1	39,1	37,1	182,1	547,592	520,277	272,1	173,1	0,52
- 1850	32,6	39,1	94,1	21,1	22,88	139,1	28,1	36,1	37,1	182,1	548,596	523,211	278,1	174,1	0,52
- 1851	43,1	42,6	105,1	212,1	22,88	139,1	28,1	34,1	36,1	182,1	577,591	557,629	272,1	179,1	0,56
- 1852	38,1	44,1	102,1	216,1	22,88	139,1	27,1	36,1	36,1	182,1	585,311	547,654	318,1	183,1	0,64
- 1853	40,2	45,9	114,1	227,9	230,36	141,1	28,1	37,1	36,1	172,1	679,022	658,171	305,1	200,1	0,69
- 1854	50,7	50,1	123,1	221,3	251,66	152,1	27,6	36,1	36,1	179,1	755,000	739,298	339,1	219,1	0,47
- 1855	41,7	63,3	160,1	272,1	291,11	175,1	27,3	36,1	36,1	180,1	914,383	853,851	178,1	211,1	0,42
- 1856	62,1	72,3	190,1	325,1	327,74	234,1	27,2	36,1	37,1	182,1	1567,230	1490,622	520,1	271,1	0,32
- 1857	106,6	86,3	216,1	363,1	381,1	272,1	26,6	38,1	38,1	182,1	1742,237	1657,622	580,1	292,1	0,32
- 1858	102,3	98,7	242,1	459,1	427,7	290,1	26,1	39,1	38,1	192,1	1306,639	1186,278	570,1	318,1	0,32
- 1859	120,1	97,6	241,1	488,1	438,6	291,1	26,1	39,1	39,1	192,1	1400,100	1144,281	600,1	322,1	0,32
- 1860	106,1	63,2	211,1	506,1	430,14	282,1	25,2	39,1	39,1	192,1	1711,100	1157,597	602,1	320,1	0,32
- 1861	52,9	-	-	372,1	-	-	25,3	39,1	-	-	-	-	-	-	-
- 1862	18,1	-	-	329,1	-	-	31,1	38,1	-	-	-	-	-	-	-

Abreviaturas: A: preço da farinha (réis por litro); B: média quinquenal do preço da farinha (réis por litro); C: índice para a farinha (1824 = 100); D: preço da carne (réis por kg); E: média quinquenal do preço da carne (réis por kg); F: índice para a carne (1824 = 100); G: câmbio (pence por mil-réis); H: câmbio (réis por pence); I: média quinquenal do câmbio (réis por pence); J: índice do câmbio; K: preço médio de um escravo com ofício sadio ("moço") em réis; L: média quinquenal do preço médio de um escravo com ofício sadio ("moço") em réis; M: índice de preços de escravos (1824 = 100); N: média dos indicadores; O: multiplicador para qualquer quantia.

Embora eu não seja um historiador quantitativo, muitas vezes usei dados numéricos em meu trabalho e aprendi muitos princípios que tentei lembrar (pobremente, sem dúvida). Outros historiadores têm frequentemente feito o trabalho que pude usar como matéria-prima enquanto buscava respostas para questões específicas. Isto foi certamente verdadeiro quando quis avaliar o poder de compra das cifras em inventários *post mortem*. Descobri também a importância de situar dados em seu contexto. Saber quanta farinha era descarregada nas docas em Salvador foi só um primeiro passo: uma consideração importante foi quanto havia por pessoa. Os dados quantitativos sobre o número de escravos nos barcos do Recôncavo auxiliaram-me a revisar a crônica tradicional da luta pela independência brasileira. Vim igualmente a conceber como informações de outro tipo, isto é, tirados da correspondência particular, podem ser computados, e que este trabalho pode conduzir a novas visões relativos ao passado, neste caso, sobre o clientelismo. Fazer comparações é sempre importante, seja ao se julgar se a proporção de escravos nas embarcações é maior ou menor do que na população geral, seja ao se considerar a estrutura das famílias escravas numa propriedade rural. Mais que tudo, descobri que fazer este tipo de análise pode trazer quase tanta satisfação quanto experimento quando leio documentos em um arquivo que não tenham sido examinados por outra pessoa desde que foram arquivados décadas atrás.

